



102 Iris mostrou ao Presidente o sistema de armazenagem: esperança para a supersafra

Fundos e programas podem passar do BC para o BB

O Ministério da Fazenda enviou minuta de decreto com exposição de motivos e aguarda apenas a decisão política do presidente José Sarney para transferir todos os fundos e programas administrados hoje pelo Banco Central para o Banco do Brasil, no prazo de 90 dias. A partir da assinatura do decreto, o Banco Central perderá todas as funções de fomento para assumir a condição de banco central clássico e o Banco do Brasil receberá injeção de recursos de Cz\$ 200 bilhões e a exclusividade nas aplicações de recursos da União por conta dos fundos e programas especiais.

A minuta do decreto preparada pelo secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, prevê a criação de uma comissão, com representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e do Comércio e do Interior e ainda do Banco Central e do Banco do Brasil, para a elaboração do voto a ser submetido à apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN), no prazo de 45 dias. Depois, o Banco Central e o Banco do Brasil terão mais 45 dias para implementar a trans-

ferência dos fundos e programas.

Segundo a exposição de motivos, sem as funções de fomento, o Banco Central ganhará mais eficiência no controle monetário. Na terça-feira, embora sem qualquer referência ao decreto proposto pela Fazenda, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, reiterou que prevalece a orientação do presidente Sarney de assegurar ao Banco do Brasil condições de competitividade para recuperar "fatia adequada" do sistema financeiro.

Embora a idéia da transferência não seja nova e o Banco do Brasil considere a administração dos fundos e programas uma compensação à perda da condição de autoridade monetária, desde fevereiro de 1986, com o fim da polêmica "conta de movimento", o Banco Central enfrenta divergências internas quanto à proposta da Fazenda. Os adversários argumentam: o Banco Central tem tradição de 24 anos e isenção na fiscalização e no repasse de recursos aos bancos e a exclusividade do Banco do Brasil reduzirá de 11 mil para 3.500 o número de agências financiadoras dos programas prioritários do governo, com prejuízos para os tomadores finais.